

A fronteira e as línguas atravessadas nos relatos de viagens

(Borders and languages intertwined with travel logs)

Marilene Aparecida Lemos

Docente de Língua Espanhola – Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

marilene.lemos@uffs.edu.br

Abstract: This paper intends to demonstrate my PhD research progress, which began in 2014, at IEL/Unicamp, under the working title: *Barracão-PR, Dionísio Cerqueira-SC (Brazil); Bernardo de Irigoyen (Misiones-Argentina): borders, languages and history*. I seek to foster the discussion of my research project goals, which aims to analyze memory traces of immigrant languages and of other languages that were comprised within this border space upon the demarcation of boundaries, in languages in daily use in such “border area” (STURZA, 2006). This research seeks originality by proposing to fill a gap in the field of studies regarding borders, in order to provide visibility to the process of historical production of certain evidence, and to their products as historical, not merely natural products.

Keywords: speech; borders; language; history.

Resumo: Este trabalho propõe mostrar o andamento de minha pesquisa de doutorado, iniciada em 2014, no IEL/Unicamp, cujo título provisório é: *Barracão-PR, Dionísio Cerqueira-SC (Brasil); Bernardo de Irigoyen (Misiones-Argentina): fronteiras, línguas e história*. Assim, pretendo trazer à discussão um dos objetivos do projeto de pesquisa, o qual visa a analisar traços de memória das línguas dos imigrantes e de outras línguas que constituíam esse espaço de fronteira quando da demarcação dos limites, na(s) línguas(s) enunciada(s) cotidianamente nesse “espaço fronteiriço” (STURZA, 2006). Tal pesquisa busca sua originalidade ao propor preencher uma lacuna no campo dos estudos sobre as fronteiras, no sentido de dar visibilidade ao processo de produção histórica de certas evidências, e aos seus produtos como produtos históricos, e não meramente naturais.

Palavras-chave: discurso; fronteiras; língua; história.

Introdução

Este trabalho propõe mostrar uma parte de minha pesquisa de doutorado, em andamento, no IEL/Unicamp, cujo título provisório é: “Barracão-PR, Dionísio Cerqueira-SC (Brasil); Bernardo de Irigoyen (Misiones-Argentina): fronteiras, línguas e história”. Assim, pretendo trazer à discussão um dos objetivos do projeto de pesquisa, o qual visa analisar traços de memória das línguas dos imigrantes e de outras línguas que constituíam esse espaço de fronteira quando da demarcação dos limites, na(s) língua(s) enunciada(s) cotidianamente nesse “espaço fronteiriço” (STURZA, 2006). Tais aspectos funcionarão como propulsores para a questão fundamental da pesquisa: compreender discursivamente, por meio da história, as evidências a que nos encontramos submersos, sobretudo em relação às línguas enunciadas nessa faixa de fronteira, ou seja, investigar de que maneira a língua espanhola e outras línguas enunciadas na fronteira estão postas nesse espaço, como essas línguas significam, deslocando-as de sua aparência empírica (como “línguas em contato”, “línguas de fronteira”, “línguas na fronteira”, etc.) para desvendar seu funcionamento como discurso.

Desse modo, para este trabalho, considero relevante retomar uma obra que pontua aspectos importantes sobre a região fronteiriça em estudo: “A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras”, organizada pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Essa obra contém a reimpressão de escritos do início do século XX, que relatam a viagem do então governador (na época era denominado Presidente de Estado) Adolfo Konder ao Oeste do estado de Santa Catarina. Busco sinalizar, a partir dessa obra, que passa a ser descrita, algumas marcas de quais eram as línguas enunciadas naquelas condições de produção.

“A viagem de 1929”

Trata-se de uma obra que relata a viagem do então governador Adolfo Konder, que sai de Florianópolis e, por um período de 30 dias, percorre o estado de Santa Catarina até a cidade de Dionísio Cerqueira, na fronteira com a Argentina. Nessa obra são publicados, em 2005, textos fac-similares de “O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista” (1929), de Arthur Ferreira da Costa e de “Oeste Catharinense – de Florianópolis a Dionísio Cerqueira” (1931), de José Arthur Boiteux. Também fazem parte da obra um álbum fotográfico que registra a passagem do Presidente de Estado pelo Oeste e duas interpretações sobre a viagem de 1929.

Em contato com esses textos, aprendemos com Costa (1929) que o nome Dionísio Cerqueira deve-se à memória do general Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira, visto que foi o chefe da comissão brasileira de demarcação de limites com a Argentina. Dionísio Cerqueira, por ocasião da visita de Adolfo Konder – registrada nesse livro – reclamava a atenção do governo do estado e do governo brasileiro. Nas palavras de Costa (1929, p. 37):

Aquella zona estava se desnacionalizando. A moeda que ali corre é a argentina. A língua que se fala é uma mistura de portuguez e castelhano, predominando o último elemento. Não havia escola, nem justiça, nem administração, nem organização política.

Costa (1929) complementa que os filhos dos brasileiros, para não ficarem analfabetos, frequentavam a escola argentina de *Barracon* (como era conhecido esse povoado, na época, pelos argentinos), onde aprendiam a cantar o hino da nação amiga, como sendo o de sua pátria. Mais que isso, não havia oficial de registro civil; as crianças que nasciam em Dionísio Cerqueira eram registradas como argentinas em *Barracon* e, tempos depois, eram inscritas nos respectivos assentamentos militares. Os casamentos, igualmente, eram feitos na Argentina, bem como os registros de óbitos. Sobre a divisão de limites, menciona-se que solucionado o pleito internacional, ficou a jurisdição argentina definitivamente assentada na orla direita do *Rio Pepery-Guassú*.

Prosseguindo sua narrativa, Costa (1929) nos diz que aquela região fronteiriça mostrava uma inconfundível impressão de descaso do governo federal. Segundo o autor, do lado esquerdo do *Pepery* a disputa de jurisdição prolongou-se por mais tempo. Só com o Acordo 1917 foi traçada a linha divisória dos territórios catarinense e paranaense, sob um critério pouco recomendável de linhas secas. Descreve que, na margem direita – Argentina), as casas eram melhores e o comércio, mais próspero. Na margem esquerda, a porção melhor era a catarinense (Dionísio Cerqueira), embora seu comércio fosse muito

pobre. A riqueza daquela região era o mate. Quem explorava aquele local dispoñdo de dinheiro, organização e “gente inteligente”, era o argentino. Já no lado paranaense, que conservou o nome de Barracão, praticamente não havia comércio. Costa observa que em *Barracón* as bandeiras argentinas tremulavam em vários mastros e eram algo envelhecidas, dando a prova de seu uso frequente. Em Dionísio Cerqueira, as bandeiras brasileiras eram numerosas e inteiramente novas quando ali esteve o presidente Konder.

Boiteux (1931) relata que o presidente Konder encontrou aquela zona rica, de grandes possibilidades – referindo-se a Dionísio Cerqueira –, abandonada por completo, sem justiça, sem lei, sem escola. E, desde logo, providenciou a normalização administrativa. Criou-se a escola, que, tomou o nome de José Boiteux. E, assim, o autor reproduz as palavras do presidente: “não mais deixarão os nossos conterrâneos de aprender a língua nacional, pois que, para não serem analfabetos, iam à escola argentina, atravessando o Pepiry-guassú!” (BOITEUX, 1931, p. 24). E, prosseguindo sua narrativa, Boiteux elogia as obras do presidente:

Nomearam-se autoridades policiais e outras, estabelecendo-se, desse modo, a garantia à vida e à propriedade do cidadão; criou-se o juizado de paz, deixando assim de inscrever-se nos registros, como nascidos na vizinha República, os brasileiros que viam a luz no território catarinense. Já agora ali fluctúa o auri-verde pendão da nossa Pátria, que os brasileiros não viam, apenas conhecendo o argentino, hasteando nas fachadas das repartições na outra margem do Pepiry-guassú. Em suma, numa frase incisiva o presidente de Santa Catarina diz: “a situação em que [...] jazia essa porção da terra barriga-verde fronteiraça com a República Argentina: ‘Aquella região dá a impressão de que é de quem ali primeiro chega’”.

Vale destacar que nesse período havia uma preocupação do governo federal brasileiro no sentido de criar uma imagem de “pátria” para o país. Em suma, o autor relata o “abandono” que o governador do estado de Santa Catarina encontrou na região, mas, depois de sua visita, tudo, “felizmente”, mudou.

Desse modo, essas primeiras constatações nos conduzem a buscar um aprofundamento teórico que permita a compreensão das condições de produção daquela região fronteiraça.

Condições de produção

Nossa pesquisa fundamenta-se na teoria da Análise do Discurso (AD), fundada por Michel Pêcheux, na França, nos anos 60 do século XX, e (des/re)territorializada por meio da reflexão levada adiante no Brasil por pesquisadores e grupos de pesquisa que se filiam a esse quadro epistemológico. A Análise do Discurso de linha francesa é considerada por Orlandi (2005a) uma disciplina de entremeio, que não se caracteriza como uma disciplina positivista, mas que articula saberes do campo da Linguística saussuriana, pela releitura de Michael Pêcheux, saberes do campo do Materialismo Histórico formulado por Karl Marx e relido por Luiz Althusser e da Psicanálise freudiana, por uma leitura lacaniana.

A análise de discurso filiada teoricamente aos movimentos de ideias sobre o sujeito, a ideologia e a língua, marca sua singularidade por pensar a relação da ideologia

com a língua, trazendo para a reflexão o materialismo. Diz Orlandi (2012) que essa teoria “pós-estruturalista” se beneficia do não conteudismo – seja do sentido, seja do sujeito como origem. E acrescenta que essa teoria não é formalista, nem funcionalista, mas, sim, materialista. A posição epistemológica da análise de discurso conduz, então, a pensar na existência da língua não como um sistema (o software de um órgão mental), mas como um real específico formando o espaço contraditório do desdobramento das discursividades (PÊCHEUX, 2011).

E, como afirma Orlandi, a Análise de Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico:

[...] há um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta também não lhe é transparente. Daí, conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai-se chamar a forma material (não abstrata como a da Linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é portanto linguístico-histórica. (ORLANDI, 2005a, p. 19)

Assim sendo, ao fundamentarmos nosso estudo na perspectiva materialista a partir do entendimento de que ela considera que os sentidos não são estáticos e o discurso é a língua na história, significante na história (LAGAZZI, 2010), queremos dizer que por este viés poderemos investigar discursivamente, por meio da história, de que maneira a língua espanhola e outras línguas enunciadas na fronteira estão postas nesse espaço, como essas línguas significam.

Nesse sentido, para os fins deste trabalho, mobilizaremos a noção de condições de produção (CP), assim como trataremos aspectos que consideramos fundamentais para a proposta de análise que apresentamos. Para tal, partimos da explicação de Pêcheux (1969, p. 77) de que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”. E, sobre as condições de produção, Pêcheux destaca a seguinte definição:

Enunciaremos a título de proposição geral que os *fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento*, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este *funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo* e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos “condições de produção” do discurso. (PÊCHEUX, 1969, p. 78, grifos do autor)

Para Courtine (1981), a noção de condições de produção não foi exaustivamente discutida nos trabalhos de análise de discurso. Os problemas que essa noção apresenta foram abordados em diferentes análises; contudo, para ele, parecem insuficientes. O autor destaca que as origens da noção parecem ser de três ordens: inicialmente da *análise de conteúdo*, especialmente em psicologia social; da *sociolinguística* (cujo papel é o de uma *origem indireta*) e da definição de *situação* conforme propõe Z. Harris (1952), no texto *Discourse Analysis*. Courtine (1981) considera que as condições de produção remetem aos planos histórico, psicossociológico e linguístico, porém esses planos “são justapostos sem que nenhuma hierarquia nem ordem de determinação sejam explicitamente indicadas”; além disso, destaca “o caráter heterogêneo e instável da noção de CP” (p. 51). Diante desses argumentos, o autor ressalta a necessidade de uma redefinição da noção

que a reordene à análise histórica das contradições ideológicas no conceito de formação discursiva.

Levando em conta o sujeito que enuncia na região de fronteira, na sua história, estamos considerando os processos e as condições de produção da linguagem nesse espaço fronteiriço, “pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (ORLANDI, 2005a, p. 16). Desse modo, devemos relacionar a linguagem à sua exterioridade, nas condições em que os discursos são produzidos e que não dependem só das intenções do sujeito.

Segundo Orlandi (2005a, p. 40):

As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica [...]. É, pois, todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras.

Ainda em relação às condições de produção, a autora ensina que, se as considerarmos em sentido estrito, temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E, se as considerarmos em sentido amplo, temos as condições de produção, que por sua vez, incluem o contexto sócio-histórico, ideológico (ORLANDI, 2005a, p. 30).

Tendo em vista as condições de produção em sentido amplo, os estudos de Guimarães (2005) também serão considerados para os fins deste trabalho; ele nos indica um espaço de línguas e falantes a que chama “espaço de enunciação”. Esse autor considera o falante não uma figura empírica, mas uma figura política constituída pelos espaços de enunciação. Guimarães (2005, p. 18) define o “espaço de enunciação” como:

[..] espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer.

Sturza (2006) quando interpreta o sentido político das práticas linguísticas fronteiriças, considera necessário definir um “espaço de enunciação fronteiriço”. De acordo com a autora, “sendo as línguas enunciadas em lugar específico, elas apresentam outros sentidos que não se repetem em outros espaços de enunciação, quando as línguas funcionam nos seus domínios enunciativos, como línguas nacionais”. Para pensarmos um espaço de enunciação específico como é o caso da tríplice fronteira – Barracão-PR, Dionísio Cerqueira-SC e Bernardo de Irigoyen-Argentina –, os estudos de Sturza (2006) acerca de um “espaço de enunciação fronteiriço” também serão considerados.

Fronteiras, línguas e história

Ao tratarmos do objetivo exposto na introdução deste trabalho, tomaremos o trecho a seguir, da obra *A viagem de 1929*, e realizaremos uma breve análise tentando compreender aquelas condições de produção, bem como o funcionamento das línguas enunciadas na fronteira e sua relação com a história:

Aquella zona estava se desnacionalizando. A moeda que ali corre é a argentina. A língua que se fala é uma mistura de português e castelhano, predominando o último elemento.

Não havia escola, nem justiça, nem administração, nem organização política. (CEOM, 2005, p. 48)

Começamos por dizer que o período compreendido entre o final do século XIX e início do XX foi marcante para os países latino-americanos no sentido de afirmação de sua nacionalidade. Essa época coincide, na Argentina, com a chegada dos imigrantes e o tema da identidade nacional estava entre as principais discussões da época, principalmente entre a elite intelectual, a despeito da heterogeneidade de um país tomado pela imigração europeia.

Na perspectiva de Greja (2009), na Argentina, a preocupação com a questão nacional surgiu a partir da independência. No entanto, para a autora, referindo-se a Bertoni (2001), o processo de construção da nacionalidade argentina passa, a partir de 1880, a ser motivado pela imigração massiva e o início de uma nova etapa de construção das nações e das nacionalidades na Europa, sob um clima de expansão colonial e imperialista. Diante disso, a elite considerava que a Argentina deveria construir uma nacionalidade própria que englobasse não apenas os argentinos natos, mas também os imigrantes europeus que chegavam ao país. Contudo, esse projeto nacionalizador se constituía em um grande desafio para a elite intelectual, pois tentavam-se forjar valores nacionalistas, homogêneos, a uma sociedade que se tornava cada vez mais heterogênea.

Dentre os intelectuais da época, Domingo Faustino Sarmiento, como mostra Greja (2009), acreditava que os imigrantes poderiam ser os autores da mudança, por meio do desempenho de trabalho agrícola. Com isso, eliminariam o deserto, que para ele era o verdadeiro inimigo da civilização e do progresso. Para Sarmiento, a nacionalização era considerada o único meio de assimilação total da massa imigratória, pois acreditava que uma nova cidadania acabaria por dissolver as fronteiras entre *criollos* e estrangeiros (GREJA, 2009, p. 82). Os intelectuais da geração de 1880 consideravam o *criollo* como o primitivo, o simples, cuja tradição estava associada à espanhola. As cidades iam transformando-se em centros de europeização da Argentina, ao mesmo tempo em que se defendia o rompimento de um passado colonial para que se concretizasse o projeto de construção da nação argentina. Assim, o *criollo* era suprimido e substituído pelo imigrante europeu, representante da “civilização” e visto como a solução para o “problema cultural” que essa geração acreditava atingir a população argentina (GREJA, 2009, p. 30-35; destaques nossos).

No Brasil, em 1930, Getúlio Vargas iniciava a implantação de uma política de nacionalização. Vemos que Orlandi (2005b) explica que o período denominado Estado Novo foi um período autoritário de tendência centralizadora. Esse governo, acrescenta a autora, exercia forte controle dos meios de comunicação, censura sobre a cultura e, conseqüentemente, esses aspectos influenciavam na área da educação (CHAGAS, 1979, p. 117). Nesse sentido, Payer (2006) observa que havia uma política linguística que atingia fortemente os imigrantes. Na escola, segundo Orlandi (2005b, p. 29), “todo o desenvolvimento era para cercear o desenvolvimento de uma dominante estrangeira e a favor da dominância nacional: os professores, a língua, os livros [...] deviam ser do país”.

Devemos considerar que o período de 1930 a 1945 foi significativo no que diz respeito à política para as regiões de fronteira, sobretudo no que se refere à nacionalização das fronteiras, sendo que a educação funcionava como um dos meios para se concretizar o

objetivo de nacionalização. De acordo com Brito (2001, p. 112), a partir do Estado Novo, em 1937, surgiram, de forma mais evidente e claramente formuladas, como políticas de Estado, as preocupações em torno da nacionalização das regiões fronteiriças do Brasil.

No governo de Vargas, segundo as reflexões de Modesti (2012), havia um interesse forte em consolidar um Estado/Nação. Para tanto, além de outras políticas, fazia-se necessário desenvolver e integrar o interior à nação. Assim, as zonas de fronteira passaram a ser uma preocupação para esse governo, pois poderiam ameaçar a segurança nacional, tendo em vista que nessas regiões circulavam um grande número de imigrantes – Vargas os via como representantes de ideais subversivos. O projeto nacionalista, então, criava políticas específicas para as zonas de fronteira, em torno de um elemento fundamental: a educação. No intuito de “nacionalizar” grupos estrangeiros e padronizar o ensino, tomaram-se medidas para fechar escolas consideradas estrangeiras e ampliar o número de estabelecimentos de ensino oficiais. Nessas condições de produção, “os discursos em Santa Catarina demonstravam que [...] ‘desbravar o sertão’ significava construir uma Nação”, de acordo com o autor.

Essas foram algumas das bases políticas que motivaram, em 1929, Adolfo Konder a realizar uma viagem ao oeste de Santa Catarina com o intuito de incitar a construção da brasilidade, ou melhor, “conquistar” “[...] populações brasílicas que estavam se ‘desnacionalizando’, pelo abandono completo em que viviam, sem a mínima ligação com a nossa pátria e totalmente alheias à comunhão nacional” (COSTA, 2005, p. 7).

A partir das condições de produção apresentadas, fazia sentido o discurso da comitiva de Adolfo Konder: constatar o perigo de “desnacionalização” na região de Dionísio Cerqueira. Conforme exposto anteriormente, no relato da viagem de 1929, essa região fronteiriça apresentava escassez de serviços assistenciais básicos, assim como acesso restrito à educação. Desse modo, como demonstra o relato em estudo, os brasileiros que viviam na fronteira estavam cada vez mais inseridos na cultura do país vizinho e se constituíam também na/pela língua espanhola e nessa relação com aquele momento histórico, como sujeitos cívicos, políticos e jurídicos e sujeitos às determinações da nação argentina.

Assim, a viagem do governador a essa região fronteiriça, considerada esquecida e desintegrada da nação brasileira, expressa um interesse de integração das fronteiras com os referenciais nacionais. Havia “um simbolismo na passagem de Adolfo Konder pelo oeste catarinense como se a região ‘passasse a fazer parte’ de Santa Catarina e do Brasil a partir dessa viagem, durante a qual o governante pôde constatar os problemas característicos das regiões de fronteira” (MODESTI, 2012, p. 42).

Dado o exposto, tanto a Argentina como o Brasil, na época da viagem do governador Adolfo Konder a Dionísio Cerqueira (1929), vivenciavam um período de efetivação de políticas de nacionalização. Contudo, tais políticas apresentavam suas particularidades. Convém destacar que a Argentina concebia o imigrante (principalmente o europeu) como o representante da “civilização” e como a solução do “problema cultural”. No Brasil, o projeto de nacionalização do governo Vargas tinha o imigrante como ameaça à segurança nacional, principalmente nas zonas de fronteira.

Em ambos os países, a educação funcionava como um dos meios para concretizar o objetivo de nacionalização. E o discurso da educação se impunha juntamente com uma política linguística a favor da dominância da língua de respectiva nação. No caso do Brasil, o fragmento que analisamos mostra que “[a]quella zona estava se desnacionalizando”, e

tal discurso produz efeitos de sentido de uma não-hegemonia da língua portuguesa na região. Agregado a isso está o fato de “a língua que se fala [ser] uma mistura de português e castelhano, predominando o último elemento”, que tampouco era positivo para a Argentina, tendo em vista que “nacionalizar” para aquele país reforçava a ideia de uma fronteira definitivamente castelhana.

Considerações finais

Encaminhando-nos para as considerações finais deste trabalho, vale mencionar Modesti (2012), fundamentando-se em Hobsbawm (2000, p. 272): um estado nacional se caracterizaria por uma porção territorial na qual vive um grupo homogêneo de pessoas que se identifica por língua e costumes. E, nesse sentido, Vargas defendia seu projeto nacionalista, que visava a unificar o país, independente da pluralidade de grupos e de culturas. Nas regiões de fronteira, no caso em estudo a tríplice fronteira – Barracão-PR, Dionísio Cerqueira-SC e Bernardo de Irigoyen-Argentina –, o fato de determinar aos sujeitos que ali enunciavam a identificação como nação, implicava, obrigatoriamente, identificação pela língua da nação, ou seja, a língua portuguesa. E a ideia de “conquistar” esses sujeitos para o projeto de “brasilidade”, incluindo estrangeiros, visando a compor um país homogêneo, sugere desprezar as condições de produção, pois “a língua que se fala é uma mistura de português e castelhano” e aqueles sujeitos se constituíam em um espaço heterogêneo entre portugueses, indígenas, caboclos e descendentes de italianos e alemães, principalmente.

Para a análise de discurso, o imaginário de homogeneidade da língua e dos discursos é desconstruído, “todo discurso é fundamentalmente heterogêneo e está exposto ao equívoco porque se relaciona sempre com um discurso-outro” (GREGOLIN, 2005). Embora tanto a Argentina como o Brasil apresentassem uma visão redutora e excludente da mistura de povos, da heterogeneidade, aquém de uma política linguística que contemplasse a interculturalidade e se colocasse a favor de uma imagem idealizada de homogeneidade, de acordo com os interesses das classes dominantes dos respectivos países, os sentidos escapam às determinações, dado que as línguas se dividem, se misturam, entram uma no espaço de enunciação da outra.

REFERÊNCIAS

- BERTONI, L. A. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas: la construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- BOITEUX, J. A. Oeste Catharinense (De Florianópolis a Dionísio Cerqueira). Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres & Irmão. In: CEOM (Org.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005.
- BRITO, S. H. A. de. *Educação e sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.
- CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA (Org.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005.
- CHAGAS, V. *Didática especial de línguas modernas*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

- COSTA, A. F. da. O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Villas Boas & Cia, 1929. In: CEOM (Org.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005.
- COURTINE, J.-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009 [1981].
- GREGOLIN, M. R.. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. Texto apresentado no II Seminário de Análise do Discurso (SEAD), na UFRGS, Porto Alegre, 2005.
- GREJA, C. B. *Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: entre o científico e o político: pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- HOBBSAWM, E. J. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- LAGAZZI, S. The social in scene in significant materiality. *Acta Scientiarum – language and culture*, v. 32, n. 2, p. 153-161, 2010.
- MODESTI, T. A educação como um projeto de estado/nação na fronteira oeste catarinense (Chapecó 1930-1945). *Cadernos do CEOM*, Fronteiras, n. 37, ano 25, p. 39-60, 2012.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005a.
- _____. O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo – 1937/1945). *Língua e instrumentos linguísticos*, n. 15, p. 27-33, 2005b.
- _____. Análise de Discurso e contemporaneidade científica. In: ORLANDI, E. P. *Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia*. Campinas: Pontes, 2012. p. 37-54.
- PAYER, M. O. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.
- PÊCHEUX, M. (1969). Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011.
- STURZA, E. R. *Línguas de fronteiras e política de línguas: uma história das ideias linguísticas*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.